

Instituto Federal de Goiás
Pró-Reitoria de Ensino
Diretoria de Educação a Distância

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS MEDIADA PELAS TDICS

AUTOR

Lemuel da Cruz Gandara



Autor

Lemuel da Cruz Gandara

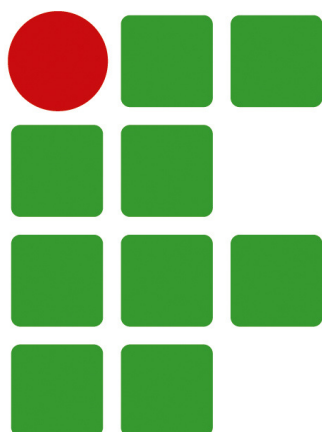
Apoio técnico e pedagógico

Milton Ferreira de Azara Filho

Rebeca Elster Rubim

Felippe Guimarães Maciel

Claudia Caetano Gonçalves Mendes Lima



**INSTITUTO
FEDERAL**
Goiás

Novembro de 2020

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
MÓDULO I. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: SUJEITOS E MARCOS FUNDAMENTAIS	6
É NECESSÁRIO AGIR [ENTRE 1891 E 1947]	8
TENSÕES E CONTINUIDADES [ENTRE 1950 E 2000]	9
EM BUSCA DE NOVOS CAMINHOS [DEPOIS DE 2001]	11
AMPLIANDO HORIZONTES	14
MÓDULO II. TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICS) E PRÁTICAS SOCIAIS	15
TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	15
CIBERCULTURA E CULTURA DIGITAL	18
LETRAMENTO DIGITAL E INCLUSÃO DIGITAL	19
AMPLIANDO HORIZONTES	23
MÓDULO III. ENTRE EJA, TDICS E EAD: MEDIAÇÕES	24
O PROFESSOR MEDIADOR	24
CURADORIA DIGITAL	26
DISPOSITIVOS E ACESSOS À INTERNET	27
PENSAR O MOODLE	28
AMBIENTAÇÃO NO AVEA	30
O PLANO DE ENSINO	31
AMPLIANDO HORIZONTES	34
REFERÊNCIAS	37
FICHA TÉCNICA	42



NESTE CURSO, VOCÊ ESTUDARÁ

Normas, leis e metodologias pensadas para a EJA;
O universo das TDICs, a Cultura Digital e o
Letramento Digital;
Abordagens reflexivas e práticas sobre a EJA,
TDICs e EaD.

Sigamos...



Apresentação

Este é o curso **Educação de Jovens e Adultos mediada pelas TDICs**. Ele foi elaborado com dedicação, carinho e, sobretudo, respeito ao tempo que você dedicará para a realização dos módulos aqui contidos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade que faz parte efetiva do ensino em nosso país. Durante décadas, inúmeros projetos, leis e metodologias foram pensadas e colocadas em ação em prol desse público e de suas especificidades.

Por sua vez, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) integram o cotidiano da Sociedade da Informação (SI). Elas impulsionaram o compartilhamento e a democratização de saberes em rede a partir de dispositivos, aplicativos, plataformas, entre outros.

Nesse contexto, o professor-educador é convidado a mediar e a fazer curadorias de conteúdo digital para que o estudante da EJA possa navegar pelo ciberespaço e construir sua emancipação como sujeito que tem direito ao conhecimento produzido pela humanidade.

O material está dividido em três módulos. O primeiro se dedica a um recorte histórico sobre a EJA, o segundo se concentra nas TDICs e o terceiro propõe pensar a mediação entre EJA e TDICs no âmbito do Ensino a Distância (EaD).

Módulo I

Educação de Jovens e Adultos: sujeitos e marcos fundamentais

NESTE MÓDULO, VOCÊ ESTUDARÁ

Características do estudante da EJA;
Marcos constitucionais;
Aspectos legislativos da EJA;
Alguns métodos e projetos para EJA;
As TDICs na BNCC.

Bons estudos!



Aqueles que procuram a EJA

A diversidade cultural e etária de jovens, adultos e idosos que não acessaram amplamente a escola formal ao longo de suas vidas é grande, assim como as inúmeras iniciativas realizadas para o enfrentamento desse problema, mesmo diante das mudanças de rumos políticos e de projetos destinados a esse público no Brasil. Por essa razão, ressaltamos que os marcos sociais e normativos apresentados neste módulo fazem parte de um recorte.

A própria noção de “alfabetização” é um território de conflitos e revisões, uma vez que ela não se conclui no saber decodificar os signos linguísticos e matemáticos.

Os conceitos “analfabeto” e “analfabetismo funcional” também exigem discussão profunda em razão de terem um campo semântico notoriamente preconceituoso. No entanto, neste curso, manteremos o termo “analfabeto” em determinadas passagens pelo fato dele fazer parte de inúmeros textos e pesquisas que acionamos ao tratarmos da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA), caso do Plano Nacional de Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

A EJA é habitada por estudantes advindos das periferias brasileiras. Arroyo (2017) formula um panorama da identidade desses sujeitos: estão situados em condições marginalizadas diante dos centros urbanos ou mesmo no campo e segregados por tensões sociais, raciais, espaciais e escolares. O autor afirma a necessidade de compreender os jovens, adultos e idosos que iniciam ou retomam seus estudos para além da objetivação das alcunhas de “pobres”, “miseráveis” e “marginais”. São estudantes quem têm direito de “saberem-se”, ou seja, têm o direito de saber sobre si e sua história tanto individual quanto coletiva a partir de uma posição reflexiva e crítica (ARROYO, 2017). Para se enfrentar isso, é fundamental “fazer com que estes alunos vivenciem uma relação com suas próprias histórias, com seus próprios modos de subjetivação que os transformam em sujeitos na relação com outros sujeitos” (MOURA; SILVA, 2018, p. 11).



NA EJA, ENCONTRAMOS

- trabalhadores;
- saberes diversos;
- experiências vividas;
- tensões sociais;
- intergeracionalidades;
- memórias;
- culturas distintas.

Sujeitos históricos com direito a saberem-se e ao conhecimento produzido pela humanidade.

Após esse pontual painel do sujeito que procura a EJA, faremos, a partir do próximo tópico, uma revisão histórica de fatos que movimentaram (e ainda movimentam) a engrenagem no plano das iniciativas governamentais e privadas para erradicar o analfabetismo no país, conforme exposto por Cunha (1999).



Boa prática!

Grande parte dos estudantes da EJA são pessoas que já constituíram famílias, **não as infantilize.**

Consoante a autora, o trabalho e a produtividade, desde o regime escravocrata do Brasil Colônia até a industrialização nacional da primeira metade do século XX, contribuíram para que os dirigentes, sobretudo depois da República (1889), elaborassem uma gama de procedimentos urgentes destinados a jovens e adultos sem (ou que não haviam concluído) o ensino formal básico. Assim, apresentamos marcos cruciais desse

percurso a partir de um panorama de leis, diretrizes, métodos e programas desde o final do século XIX até as duas primeiras décadas do XXI.

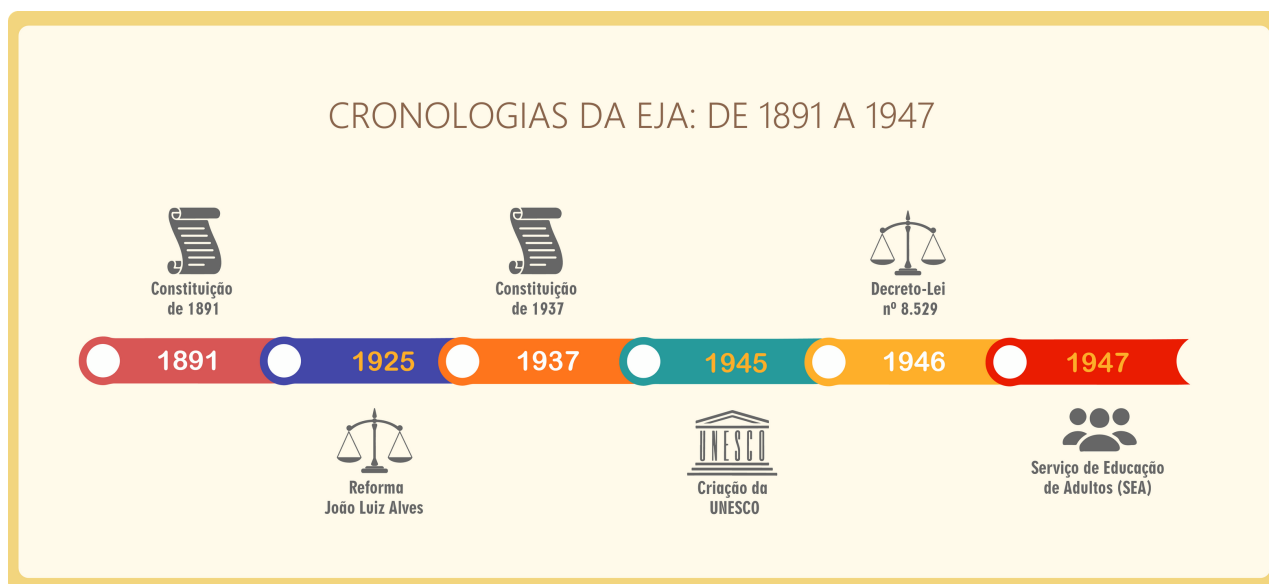
É necessário agir [entre 1891 e 1947]

A Constituição de 1891 previa que analfabetos e mendigos não votassem e nem fossem votados, condição que era compartilhada por mais de 65% da população da época em 1900 (INEP, 2000; SOUZA, 1999). Esse fato revelava a profunda desigualdade social brasileira e a necessidade de agir.

Entre as ações realizadas, destacamos a Reforma João Luiz Alves, de 1925, e a Constituição de 1937. A primeira, também conhecida como Lei Rocha Vaz, se trata do Decreto No 16.782 A – de 13 de janeiro de 1925; em seu artigo 27, lemos o seguinte: “Poderão ser criadas escolas noturnas, do mesmo caráter, para adultos”. Na segunda, por sua vez, o ensino primário se tornou obrigatório e gratuito e brasileiros, alfabetizados ou não, podiam votar.

Após a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1945, o Brasil, como membro, precisou lidar com o índice de 55% de analfabetos (INEP, 2000; SOUZA, 1999).

Assim, se destacam o Decreto-Lei nº 8.529 de 02/01/1946 – em que o ensino primário supletivo era destinado aos adolescentes e adultos (Art. 2º, alínea “b”) – e o Serviço de Educação de Adultos (SEA), que fazia parte Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), iniciada em 1947.



Tensões e continuidades [entre 1950 e 2000]

Ao adentrarmos a segunda metade do século XX, Paulo Freire se torna elementar para a compreensão dos métodos para a alfabetização de jovens e adultos, com foco na população iletrada do campo a partir da Educação Popular. Sua perspectiva entendia o adulto analfabeto como um sujeito com experiências, vivências e saberes a serem considerados no processo de ensino e aprendizagem. Segundo o autor, “a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora, pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador” (1989, p. 72). Seu método estava em plena ascensão no âmbito das medidas governamentais para erradicação do analfabetismo até a instalação do regime ditatorial militar, em 1964.



Tome nota!

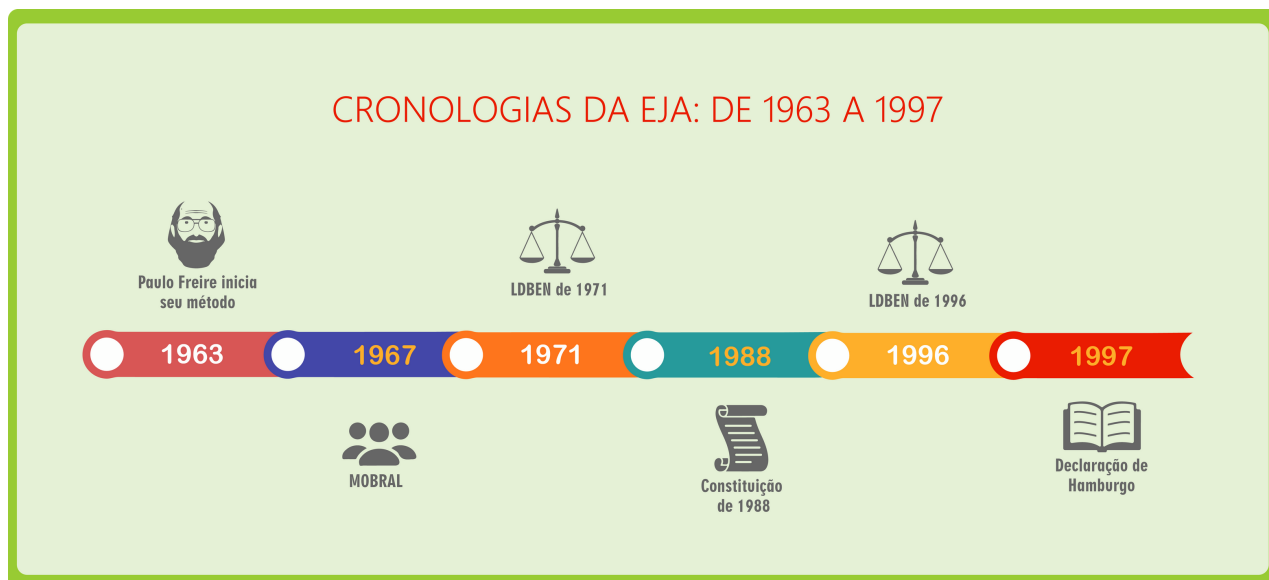
A LDBEN de 1996 prevê a oferta da EJA com características e modalidades **adequadas às necessidades** dos estudantes

A partir de então, o Estado buscou outros caminhos para lidar com o problema que, na década de 1960, atingia aproximadamente 40% da população (INEP, 2000; SOUZA, 1999). A Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, institui a fundação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Uma de suas abordagens era a “alfabetização funcional e educação continuada para os analfabetos de 15 ou mais anos, por meio de cursos especiais, básicos e direitos, dotados de todos os recursos possíveis, inclusive audiovisuais, com a duração prevista de nove meses” (BRASIL, 1967). Já na década de 1970, foi publicada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, - Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971) – a primeira foi prevista na Constituição de 1946 e promulgada como a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Nela, aparece o supletivo, que tinha como objetivo “suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria” (BRASIL, 1971).

Após a redemocratização do Brasil, em 1985, veio a Constituição de 1988 e, com ela, a terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Esta previa a “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola”. No ano seguinte, durante a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (V CONFINTEA), na cidade alemã Hamburgo, foi escrita a Declaração de Hamburgo. O texto ressaltava o avanço das tecnologias da informação e comunicação, por isso destacamos a seguinte parte:

O desenvolvimento de novas tecnologias, nas áreas de informação e comunicação, traz consigo novos riscos de exclusão social para grupos de indivíduos e de empresas que se mostram incapazes de se adaptar a essa realidade. Uma das funções da educação de adultos, no futuro, deve ser o de limitar esses riscos de exclusão, de modo que a dimensão humana das sociedades da informação se torne preponderante (1997, p. 03).

Essa passagem é primordial para os próximos tópicos, visto que as novas tecnologias aludidas fazem parte do cotidiano das décadas seguintes à V CONFINTEA. No final do século XX, o Brasil contava com 13,6% de analfabetos (INEP, 2000; SOUZA, 1999).



Em busca de novos caminhos [depois de 2001]

A Constituição de 1988 e a LDBEN de 1996 contribuíram para a continuidade da EJA no novo milênio. As duas primeiras décadas foram amplamente marcadas por planos e programas. Entre eles, se destacam o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001); nele, uma nova concepção é adotada, como lemos a seguir:

A necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competências para enfrentar essas transformações alterou a concepção tradicional de educação de jovens e adultos, não mais restrita a um período particular da vida ou a uma finalidade circunscrita. Desenvolve-se o conceito de educação ao longo de toda a vida, que há de se iniciar com a alfabetização.

A ideia de uma educação que se desenvolve ao longo da vida visa destituir a concepção de que há uma “idade própria” para ser educado. Essa mudança de paradigma é essencial, pois, caso seja difundida, coloca por terra a ideia de que o estudante da EJA está atrasado com os estudos e, por isso, deve correr “atrás”

desse prejuízo. É uma perspectiva que contribui para autoestima do estudante. Ao longo da vida abre caminhos para pensar o ser humano como sujeito em progresso, amplo, diverso com direitos e deveres, erros e acertos. Ressaltamos que essa alteração foi efetivada na LDBEN apenas em 2018.

Em 2002, o Ministério da Educação lançou a Portaria nº 2.270, de 14 de agosto de 2002. Ela instituiu o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), estruturado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Um dos principais objetivos é emitir certificações de competências do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para os candidatos. O Encceja, dentro de suas limitações e seus problemas de continuidade (visto que não tem o mesmo respaldo de organização do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem), colabora para que muitos jovens e adultos com conhecimentos consolidados não fiquem restritos aos fluxos escolares. É interessante, por parte das instituições de ensino, observar seu quadro de estudantes e conscientizar aqueles que demonstram aptidão para realizar a prova.

Na década de 2000, tivemos o Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005 – revogado pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006 – que “institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA”. Nesse contexto, as instituições federais de educação profissional passam a ofertar formação inicial e continuada e educação profissional técnica de nível médio a, no mínimo, dez por cento (10%) do total das vagas de ingresso. Os estados, os municípios e o Sistema “S” também disponibilizam o PROEJA à comunidade.



Fique atento(a)!

Saber sobre os marcos legais e normativos da EJA propicia **melhor diálogo** entre gestores, docentes e estudantes.

No início dos anos 2010, o Ministério da Educação estabeleceu a Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010. Ela “Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância” (BRASIL, 2010).

Dessa maneira, a EJA via Educação a Distância (EaD) começa a fazer parte dos debates e como possibilidade de inserção social de jovens e adultos diante do crescente número de indivíduos com acesso às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs).

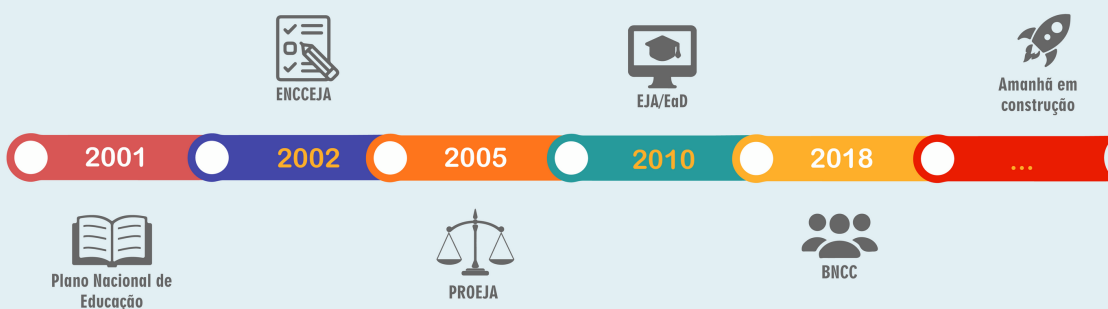
Como ponto final deste roteiro, temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse documento foi elaborado entre 2015 e 2017 e homologado em dezembro de 2018; a sua plena implantação deve ocorrer ao longo da década de 2020, caso seja mantido. A Base “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”. A EJA é tratada indiretamente no texto quando ele disserta sobre a necessidade de adequação curricular a essa modalidade.

Para este curso, é importante a concepção sobre cultura digital (que será abordada no próximo módulo) disposta no BNCC, onde se lê:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018, p. 09).

Essa abertura ampla às TDICs se coloca como um dos grandes desafios para estudantes e docentes no contexto da EJA, já que, por mais que ocorrido uma atualização da Base em relação às TDICs, o ritmo no ensino-aprendizagem é moroso e exige debates, reflexão e prática diante das desigualdades sociais que ainda são profundas em nosso país.

CRONOLOGIAS DA EJA: DE 2001 A 2018



Ampliando horizontes

AMPLIANDO HORIZONTES



Central do Brasil

(direção de Walter Salles, 1998, BRA)

Que horas ela volta?

(direção de Ana Muylaert, 2010, BRA)

Os dois filmes abordam questões como trabalho, Educação, conflitos intergeracionais e analfabetismo no Brasil.



Vidas Secas

(Graciliano Ramos, 1938)

Quarto de despejo

(Carolina Maria de Jesus, 1960)

Os dois livros apresentam o universo do campo e dos centros urbanos a partir de personagens que vivem nas periferias.



Faroeste Caboclo

(Legião Urbana, 1987)

Não é sério

(Charlie Brown Jr. e Negra Li, 1997)

As duas canções propõem uma análise sobre a situação dos jovens diante de um mundo com barreiras quase intransponíveis.



Escolinha do professor Raimundo

(Primeira temporada lançada em 1990)

Segunda chamada

(Primeira temporada lançada em 2019)

As duas séries passam no espaço escolar e abordam de forma cínica e dramática características que encontramos na EJA

Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) e práticas sociais

NESTE MÓDULO, VOCÊ ESTUDARÁ

TDICs;
Letramento digital;
Cultura digital;
Inclusão digital;
Metodologias de ensino.


Bons estudos!



Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs)

As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) estão definitivamente inseridas no cotidiano de escolas e universidades. Em 2020, com a pandemia do COVID-19, os termos e definições vinculados direta ou indiretamente a essas tecnologias começaram a fazer parte do léxico de milhares de estudantes, gestores, técnicos e docentes tanto no Brasil quanto em outros países. Como já previsto em alguns dos documentos que vimos no módulo 01, sobretudo no BNCC, as TDICs tiveram sua incursão nos processos de ensino e aprendizagem.

No entanto, sobretudo na EJA, essa incursão é mais complexa em razão das condições socioeconômicas e do acesso aos meios digitais, situação que ficou ainda mais visível durante a pandemia.



Tome nota!

Digitalizar alguma informação (imagem/som/texto) significa traduzi-la em números. Todos os números podem se expressar em linguagem binária, sob forma de 0 e 1. Logo, dentro de seus limites, todas as informações podem ser digitalizadas. [a partir de Lévy, 2010].

Neste módulo, não faremos uma recuperação história sobre Educação e Tecnologias, sobretudo pelo fato de essas duas áreas serem intimamente conectadas, pois é fato que mesmo o quadro e o giz (considerados ultrapassados por alguns) são artefatos tecnológicos quase indispensáveis quando tratamos do ensino presencial, sobretudo no contexto espacial das periferias e do ensino em instituições municipais, estaduais e federais. Nosso interesse está na letra “D” (de digital) acrescentada à sigla TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação).

Esse passo fundamental nos permite adentrar em um contexto mais próximo desta primeira metade do século XXI, ainda mais com a expansão da internet e do uso de computadores e celulares como prática social.

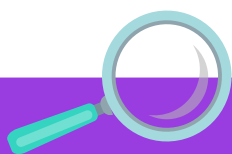
Sobre as tecnologias digitais na Educação, Valente (1995, p. 48) afirmava:

A transformação da escola é cada vez mais necessária e a nova realidade está exigindo que isso aconteça. Ela parece bastante difícil de ser feita, mas se contar com o uso adequado da tecnologia da informática, essa transformação não só acontecerá como tornará o papel do professor muito mais efetivo. No entanto, se a função do computador não for compreendida e ele for implementado na escola como um virador de páginas de um livro eletrônico ou um recurso para fixar conteúdo, correremos o risco de informatizar uma educação obsoleta, fossilizando-a definitivamente.

No final do século XX, o computador era a ferramenta problematizada no âmbito do ensino e aprendizagem. Valente (1995) chama a atenção para a necessidade de se compreender essa tecnologia que já utilizava, por exemplo, o binarismo – um conjunto a partir da combinação de zero (0) e um de (1) que poderão ter inúmeros significados a depender do contexto em que forem usados no software. O problema era a informatização da educação ser realizada sem criticidade diante das possibilidades do aparelho computacional. Em 2008, o mesmo autor escreve:

O reconhecimento de que as tecnologias digitais exigem novas habilidades – e, portanto, a necessidade de trabalhar os diferentes letramentos – lança novos desafios educacionais no sentido de que alunos e educadores devem ter uma maior familiaridade com os novos recursos digitais: processador de texto, internet, e-mail, bate-papo, lista de discussão, hipertexto, blog, videoblog, Second Life. Isso significa que o processo de ensino-aprendizagem deve incorporar cada vez mais o uso das tecnologias digitais para que os alunos e os educadores possam manipular e aprender a ler, escrever e expressar-se usando essas novas modalidades e meios de comunicação.

Valente, já quase no final da década de 2010, avança seu raciocínio sobre as tecnologias. Em 1995, o assunto era o computador e sua possível obsolescência; em 2008, múltiplos gêneros advindos do universo mediado pelas máquinas são questionados a partir de uma ideia de letramento (seja ele digital ou computacional). Assim, entram em cena não apenas utilizar a ferramenta, mas também incorporá-la no processo de produção de conhecimento através de escrita, leitura etc. Nesse contexto, as TDICs convergiram diferentes tecnologias (por exemplo, televisores digitais, celulares, videogames) para constituir outras.



Saiba mais!

A **EaD do IFG** oferece uma gama de cursos direcionados para o uso das TDICs na docência. Eles abordam Metodologias ativas, Ensino Híbrido, Sala de aula invertida, Produção de materiais para aulas a distância, Videoaulas para EaD, entre outros.

Assim, "a tecnologia ao associar-se com as telecomunicações incorporou a internet com os recursos de navegação, envio e recebimento de textos, imagens, sons e vídeos" (VALENTE, 2008).

Em 2020, as discussões surgem com avanços no âmbito das metodologias. As TDICs aparecem como meio eficiente e produtivo para o ensino-aprendizagem.

Como exemplos, temos as metodologias ativas, entre as quais destacamos a sala de aula invertida e o ensino por projetos, e os Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem (AVEA), caso do Moodle. Dessa maneira, as TDICs saem de uma posição duvidosa na década de 1990 para se tornarem parte do ensino na segunda década do século XXI, contribuindo para a consolidação de uma Cultura Digital.

Cibercultura e Cultura Digital

Não debateremos o conceito de cultura, mas sim sua apropriação nos dois temas deste tópico: Cibercultura e Cultura Digital. As práticas sociais humanas e suas atividades têm a ver com um processo de interação entre: a) pessoas vivas e pensantes; b) entidades materiais naturais e artificiais; e c) ideias e representações (LEVY, 2010). Essas três instâncias estão em diálogo no nível dito material e também no virtual. Quando adentramos neste último, principalmente ao tratarmos de TDICs, chegamos ao ciberespaço (possível pela conexão entre dispositivos computacionais e celulares, por exemplo).



Fique atento(a)!

Cibercultura e Cultura Digital são termos que fazem parte do mesmo campo de ideias, mas **não são sinônimos**, ou seja, não são a mesma coisa.

Essa ideia foi amplamente difundida e trabalhada na obra literária de Willian Gibson, com destaque para *Neuromancer*, lançada em 1984. Conforme Levy (2010, p. 93), o “termo foi imediatamente retomado pelos usuários e criadores de redes digitais. Existe hoje no mundo uma profusão de correntes literárias, musicais, artísticas e talvez até políticas que se dizem parte da ‘cibercultura’”.

Grosso modo, a Cibercultura se conecta intimamente com indivíduos que se apropriaram dos recursos e meios digitais no ciberespaço, eles o conhecem e transitam nele com versatilidade e também o ampliam segundo suas necessidades a partir de uma corrente social e estética contemporânea, mas propriamente a partir da década de 1980. Esse é justamente o ponto de grande diferença entre Cibercultura e a Cultura Digital.

A Cultura Digital, por sua via, engloba uma noção mais ampla e abarca a produção de conhecimento e seu compartilhamento mediados pelo digital – o britânico Alan Turing (1912-1954) foi um dos principais catalisadores dos meios digitais com a decodificação da máquina Enigma durante a década de 1940.

A Cultura Digital faz parte da ordem do dia, principalmente entre os jovens nativos digitais das grandes cidades (GERE, 2008). Ela está nos dispositivos (computadores, celulares, tablets etc.), nos aplicativos, nos gêneros discursivos, na linguagem oral e escrita, na economia, na política, nas artes, nos esportes, entre outros. Na Sociedade da Informação (SI) – em que os limites de espaço e tempo foram rompidos no curso das trocas de informação e conhecimento em rede –, a Cultura Digital se desloca dos centros para chegar também às periferias, onde também sua vivência será periférica, como se vê na escassez e/ou falta de poder aquisitivo para comprar os dispositivos, na baixa velocidade ou mesmo a falta de internet, por exemplo. É necessário ter isso em vista ao tratar da Cultura Digital no âmbito da EJA, mas mais imperioso ainda é compreender que direta ou indiretamente estudantes e docentes fazem parte dessa cultura.

Letramento digital e inclusão digital

Para saber acessar, fluir, compartilhar, enfim, participar da Cultura Digital de forma efetiva e emancipadora, é necessário conhecê-la, bem como compreender seus impactos no cotidiano e nas práticas. Tendo em vista que a Sociedade da Informação (e com ela a difusão da Cultura Digital) se fez mais presente desde o final dos anos 1990, é evidente que passamos (e estamos passando) por uma transição de comportamento e aquisição de habilidades para lidar com os meios, os dispositivos e as ferramentas desse domínio tecnológico. Enquanto os nascidos depois de 2010 são praticamente nativos digitais, pessoas de anos mais pretéritos acompanharam de perto o curso das transformações.

Acrescentamos a isso adultos e idosos que, de repente, tiveram que lidar com celulares e serviços de troca de mensagem, além das novas prioridades nas necessidades básicas para a manutenção da casa: às contas de energia elétrica e água, foi acrescentada a fatura da internet.

Todos esses sujeitos (em maior ou menor grau) estão trafegando no ciberespaço e têm direito de participação na Cultura Digital. Porém, nem todos conhecem ou cultivaram práticas consistentes, por isso são fundamentais tanto o Letramento quanto a plena inclusão digital.



Boa prática!

Faça um **planejamento** que atenda à modalidade de ensino em que você atuará (presencial, EaD, híbrido etc.).

O termo “letramento” está em sintonia com a ideia de saber ler e escrever, ou seja, uma pessoa letrada é uma pessoa alfabetizada. No entanto, esse não é o único caminho. Segundo Araújo e Glotz (2009, p. 10), uma pessoa analfabeta “pode ser, de certa forma, letrada ou ter certo nível de letramento ao ter conhecimento das funções da escrita, quando, por exemplo, ao ditar uma carta a outrem, usa as convenções e estruturas linguísticas próprias da língua escrita”. Um exemplo disso está no uso dos áudios do WhatsApp, em que pessoas usam o idioma para se comunicarem por aplicativos de celular.

O letramento digital tem a ver com uma gama de redes de outros letramentos. Para Buzato (2006), essas redes se sustentam, se entrecruzam, e se apropriam recíproca e continuamente através de dispositivos digitais (computadores, celulares, por exemplo) para fins específicos tanto nas interações sociais presenciais quanto nas virtuais. Dessa forma, sujeitos letrados digitalmente transitam em universos mediados pelo digital em múltiplos meios, formatos e gêneros discursivos. Esse movimento ressoa no ensino, principalmente por ele ser um espaço propício para o compartilhamento dos conhecimentos produzidos pela humanidade.

Ao chegarmos no horizonte do ensino, é necessário destacar a inclusão digital. Buzato (2007) apresenta três noções de abordagem sobre esse tema:

- 1) **Primeira:** noção de ajustamento e/ou conformação às estruturas socioeconômicas e às desigualdades vigentes e vindouras. Nela, o indivíduo ou o coletivo digitalmente iletrado é visto sob o estigma da disfuncionalidade.
- 2) **Segunda:** noção de apropriação crítica das TDICs como forma de autoafirmação cultural e de conscientização e mobilização para a transformação da sociedade.

Tal perspectiva está difundida entre “movimentos sociais” e organizações não-governamentais dedicadas à educação popular.

3) **Terceira:** noção de processo criativo, conflituoso e, em certa proporção, autogerido de apropriação e manuseio das TDICs. Nela, as manifestações atravessam múltiplas instâncias sociais, desde as artes mediadas por tecnologias digitais criadas até os sistemas bancários, caso dos caixas autoatendimentos.

ABORDAGENS PARA A INCLUSÃO DIGITAL

1

**Ajustamento e/ou
conformação**

2

**Apropriação
crítica**

3

**Processo
criativo**

A segunda e a terceira noção são as que mais dialogam com este curso, principalmente quando os aspectos do sujeito da EJA que vimos no módulo anterior são levados em consideração. Nesse sentido, a apropriação crítica auxilia no entendimento sobre questões socioeconômicas que implicam no desempenho e na exclusão desses estudantes. Por sua vez, a perspectiva criativa colabora para que eles consigam participar de diversas instâncias do cotidiano. Dessa maneira, os indivíduos se tornam agentes criadores que agregam as ferramentas tecnológicas às suas práticas sociais.

No entanto, sobretudo após a pandemia do COVID-19, ficou explícito que os estudantes da EJA estavam à margem das tecnologias digitais, tanto no nível de conhecimento básico para o uso do AVEA quanto no horizonte dos dispositivos e do acesso à internet. Esse fato impactou profundamente o ensino remoto emergencial e estimulou, por exemplo, a evasão escolar, que já é historicamente elevada nessa modalidade.

Uma dessas práticas é o ensino em suas múltiplas modalidades. Aqui, chamamos a atenção para três caminhos que fazem parte da realidade da EJA ou estão em fase de maior apropriação, caso do ensino híbrido e do Ensino a Distância:

ALGUMAS POSSIBILIDADES PARA O ENSINO

Ensino presencial

Nesta abordagem, o espaço físico da escola é amplamente utilizado, sendo ele o lugar de encontro, compartilhamento e pesquisa envolvendo estudante, professor e gestão. As TDICs podem ser utilizadas na elaboração das aulas, nas práticas, na comunicação de forma criativa.

Ensino a Distância (EaD)

Geralmente, esta modalidade é colocada em nível comparativo ao presencial por sua especificidade em relação ao espaço. Ela já foi (e ainda é) realizada via correspondência, porém, na primeira metade do século XXI, as TDICs e os Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem (AVEA) mediarão uma migração quase total para o ciberespaço.

Ensino Híbrido

Esta abordagem combina atividades síncronas (momentos em tempo real) e atividades assíncronas (que podem ser realizadas a qualquer momento) realizadas por meio das TDICs. Segundo Moran (2017), "todas as instituições podem implementar o ensino híbrido, misturado, tanto as que possuem uma infraestrutura tecnológica sofisticada como as mais carentes. Todos os professores, também. Em escolas com menos recursos, podemos desenvolver projetos significativos e relevantes para os alunos, ligados à comunidade, utilizando tecnologias simples como o celular, por exemplo, e buscando apoio de espaços mais conectados na cidade".



Ao compararmos essas três possibilidades, notamos uma gradação na autonomia do estudante. Enquanto o presencial e a EaD marcam extremos, o híbrido apresenta um meio termo. Haja o que houver, as TDICs fazem parte de todas elas. No próximo módulo, trataremos justamente como o professor pode mediar essa abordagem.

AMPLIANDO HORIZONTES



Trilogia Matrix

(direção de Lana e Lilly Wachowsky, 1999 e 2003, EUA)

O jogo da imitação

(direção de Morten Tyldum, 2014, Reino Unido)

Buscando...

(direção de Aneesh Chaganty, 2018, EUA)

Parasita

(direção de Bong Joon Ho, 2019, Coreia do Sul)

Os filmes abordam questões sobre a Sociedade da Informação (SI): ciberespaço, cultura digital, exclusão social, preconceitos e contextos históricos

Entre EJA, TDICs e EaD: mediações

NESTE MÓDULO, VOCÊ ESTUDARÁ

O professor (educador) mediador;
Curadoria digital;
Dispositivos e acessos à internet;
O Moodle;
Plano de ensino.

Bons estudos!




O professor mediador

Em nosso caminho até este módulo, visitamos a modalidade EJA, discutimos sobre as TDICs e também apresentamos alguns percursos em que elas contribuem para o ensino de adultos e jovens. Visto que este é um curso enunciado em um Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) – o Moodle –, é interessante refletirmos sobre a EJA via EaD. Nesse contexto, a atuação do professor é essencial e a vislumbramos a partir de dois centros formadores: o de mediador e o de curador. Efetivamente, o fazer docente vai muito além dessa dinâmica, porém, como já avisamos em módulos anteriores, apresentamos um recorte.

A ideia de um professor (ou educador) mediador tem a ver com uma posição onde se encontram o diálogo e não somente a transferência de conhecimento. Existe o pensar. Freire (1996, p. 37) afirma:

Pensar certo implica a existência de sujeitos que pensam mediados por objeto ou objetos sobre que incide o próprio pensar dos sujeitos. Pensar certo não é que – fazer de quem se isola, de quem se “aconchega” a si mesmo na solidão, mas um ato comunicante. Não há por isso mesmo pensar sem entendimento e o entendimento, do ponto de vista do pensar certo, não é transferindo mas co-participando.

Na ideia do autor, o pensar certo implica em coparticipação, entendimento, transferência. É justamente esse pensar certo que abre caminho para o ensinar que se difere do decorar, repetir frases que não fazem sentido sem a alma da significação e da empatia. Com isso, o professor (ou educador) mediador visa trabalhar as TDICs na perspectiva do pensar certo, entendendo que ele não é o “detentor” de todo o conhecimento em determinada especialidade, mas sim um profissional em processo e em constante reflexão sobre sua própria prática docente.



Tome nota!

O **professor mediador** promove o conhecimento compartilhado. O **curador** seleciona e organiza o conteúdo que já está disponível na rede

Ainda sobre isso, é fulcral o fato de que a Sociedade da Informação (SI) abriu o horizonte imenso onde o conhecimento é compartilhado. Há poucas décadas, a biblioteca, o professor e as universidades eram templos onde residia o conhecimento. Nesta primeira metade do século XXI, esse conhecimento produzido pela humanidade está lançado na rede de computadores.

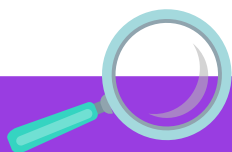
Em um clique, o estudante (ou usuário) acessa resultados de pesquisas científicas, assiste filmes, lê textos em PDF (*Portable Document Format*) e em e-book; da mesma forma que consegue circular por vários aplicativos no mesmo dispositivo. No entanto, se o estudante não sabe sobre esses percursos da Cultura Digital no ciberespaço, ele ficará no plano superficial da simples troca de mensagens, das redes sociais e dos sites de divertimento.

Trazemos também a ideia de professor (educador) curador de conteúdo. O termo curador está estreitamente ligado às artes, porém ele também pode ser interpretado no âmbito do ensino, principalmente na EaD. Sobre essa questão que envolve curadoria, docência e TDICs, Moran (2015, p. 24) escreve o seguinte:

O papel do professor é mais o de curador e de orientador. Curador, que escolhe o que é relevante entre tanta informação disponível e ajuda a que os alunos encontrem sentido no mosaico de materiais e atividades disponíveis. Curador, no sentido também de cuidador: ele cuida de cada um, dá apoio, acolhe, estimula, valoriza, orienta e inspira. Orienta a classe, os grupos e a cada aluno.

A curadoria também está prevista na BNCC em diversas etapas, sobretudo no que concerne à leitura diante das TDICs (chamada de curadoria de informação). Além de ser curador, também é necessário o professor ensinar o estudante a fazer sua própria curadoria ao entrar em contato com as informações que chegam até ele:

Em que pese o potencial participativo e colaborativo das TDIC, a abundância de informações e produções requer, ainda, que os estudantes desenvolvam habilidades e critérios de curadoria e de apreciação ética e estética, considerando, por exemplo, a profusão de notícias falsas (fake news), de pós-verdades, do cyberbullying e de discursos de ódio nas mais variadas instâncias da internet e demais mídias (2018, p. 488).



Saiba mais!

O filme **O dilema das redes** ("The social dilemma", 2020), dirigido por Jeff Orlowski, aborda questões como "fake news" e pós-verdade. Além disso, ele traz um panorama de como as redes sociais impactaram o comportamento individual e coletivo na primeira metade do século XXI.

Os contextos abordados na BNCC são diversos (fake News, pós-verdade etc.) e impactaram profundamente a sociedade nos últimos anos, o que revela a urgência do debate e do ensino. No âmbito das TDICs para a EJA, isso se torna ainda mais relevante e problemático. O professor (ou educador) mediador/curador é convidado a pensar sobre a relação dos educandos com os dispositivos, com as plataformas, com os gêneros de atividades solicitadas, com

os conteúdos, com o espaço onde habitam, com suas condições periféricas (uma constante).

Dispositivos e acessos à internet

Não podemos direcionar a EaD para a EJA sem pensar em quais dispositivos esse público tem para empreender tal modalidade de ensino, se as regiões onde residem são atendidas pelas operadoras de internet, se utilizam dados de navegação por smartphones, se estão familiarizados com aplicativos de ensino, como organizam seu tempo de estudo, entre outros. Para se ter uma ideia dessa delicada relação, o IBGE (2018) divulgou que uma entre quatro pessoas no Brasil não tem acesso à internet. A mesma pesquisa revela que 41,6% das pessoas não acessam a rede por não saberem como usá-la. O não saber usar e o não ter internet faz parte da realidade de muitos estudantes EJA.

Em 2019, a agência TIC Domicílios aferiu que 74% de brasileiros tinham acessado a internet no mínimo uma vez nos últimos três meses, porém há diferenças cruciais: “97% dos usuários que têm curso superior acessam a rede e 16% dos analfabetos ou da educação infantil usam a internet”. Ou seja, 84% dos analfabetos não acessam a rede. Evidentemente, os estudantes da EJA não estão nesse grupo, mas o dado ainda auxilia no entendimento sobre as periferias e desigualdades sociais. A TIC Domicílios também aferiu que, em relação aos dispositivos, “os smartphones e outros aparelhos móveis são as ferramentas mais comuns para se conectar (99%), seguidos dos computadores (42%), das TVs (37%) e dos videogames (9%)”.

O celular é o dispositivo ícone das TDICs e o WhatsApp é um dos aplicativos mais utilizados. De acordo com pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (2020), as trocas de mensagens via WhatsApp não são descontadas nos pacotes de dados vendidos pelas operadoras, fato que estimula as fake News. Acrescentamos também a relação do usuário com seus contatos, que levam ele a acreditar na informação compartilhada (visto que vem de uma rede de afetos, a princípio) e a pouca prática (ou curadoria) para aferir a veracidade dos fatos recebidos.

Essa trama complexa ecoa no ensino/aprendizagem dos estudantes e implica em revisão de métodos pelos professores e também pelas instituições de ensino que se dedicam à oferta de EJA via EaD.

Pensar o Moodle

O Moodle (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*) é um AVEA. Como descrito em seu nome, trata-se de um Ambiente Modular de Aprendizagem Dinâmica Orientada a Objetos (tradução livre), ou seja, ele permite ao usuário personalizar a sala de aula virtual a partir de ferramentas específicas voltadas para processos de ensino e aprendizagem. Além disso, a plataforma é fornecida gratuitamente como *software livre* pela GNU (General Public License), dessa maneira qualquer pessoa pode adaptar, estender ou modificar o Moodle para projetos comerciais e não comerciais sem nenhuma taxa de licenciamento (MOODLE, 2020).



Fique atento(a)!

Na **EJA via EaD** (assim como em outras modalidades), é importante a diversificação de gêneros textuais, sonoros, artísticos, audiovisuais, entre outros.

No Instituto Federal de Goiás, o Moodle é utilizado tanto como apoio à modalidade presencial (Moodle Presencial) quanto na EaD (Moodle EaD). Esse AVEA tem uma versão em aplicativo de celular, o que facilita a mediação em relação aos estudantes EJA, que, em sua maioria, não têm computadores.

Na EJA via EaD (assim como em outras modalidades), é importante a diversificação de gêneros textuais, sonoros, artísticos, audiovisuais, entre outros. Além disso, as definições e composições de atividades, de tarefas e de avaliações também precisam ser conduzidas levando em consideração os meios de acesso e os dispositivos, sobretudo devido ao alto índice de estudantes que terão somente o celular para acompanhar o curso.

Boa parte dos estudantes conseguirão se conectar à internet em lugares pontuais e em determinados horários, visto que não contrataram serviços de internet para suas casas. Esses acessos podem ocorrer no trabalho (se for no campo isso já acarreta certos impedimentos) ou em estabelecimentos, sejam eles comerciais ou de ensino. Em relação aos dispositivos, deve-se levar em consideração a performance tecnológica tanto dos celulares quanto dos computadores. Em vez de investirem nos melhores aparelhos para seus estudos, mulheres e homens que já constituíram famílias e voltaram a estudar têm prioridades a serem supridas em seus lares (filhos, aluguel, supermercados, contas de água e energia elétrica, pensão etc.).

É notório que o professor mediador precisa ter autonomia em seu processo laboral, mas isso não descarta a empatia e a reflexão sobre o seu fazer e sobre os estudantes EJA que terão acesso aos conhecimentos no âmbito das disciplinas lecionadas. Nesse sentido, é importante a ideia de inacabamento defendida por Paulo Freire: “Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado” (1996, p. 31). A consciência do professor (educador) como ser inacabado permite o diálogo e a ressignificação junto aos estudantes, bem como a escuta afetiva (por meio de mensagens, chat, encontros síncronos ou mesmo ligações) para a construção (em progresso) de um curso. Assim, os erros e acertos e as presenças e ausências (como em qualquer campo da existência) contribuirão para que o processo de ensino e aprendizagem possa ser pensado como parte da prática docente e, nesse contexto, as TDICs possam contribuir para a emancipação de jovens e adultos.



Boa prática!

Antes de iniciar um curso ou uma disciplina, faça uma **ambientação do estudante no AVEA. Isso é **fundamental**.**

Antes de iniciar um curso ou uma disciplina no Moodle é imperioso que professores, gestores, coordenadores e demais envolvidos incluam um módulo de ambientação na AVEA. Esse momento é fulcral para o melhor desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e garantir a não evasão dos estudantes em razão de não saberem utilizar a plataforma. O estudante precisa conhecer o Moodle e como ele foi organizado.

O Ensino Remoto Emergencial (ERE) realizado no IFG durante a pandemia do COVID-19 demonstrou que os estudantes da EJA tiveram sérios problemas ou evadiram de seus cursos em razão de não estarem familiarizados com o Moodle. Isso deixa categórica a necessidade da ambientação. No caso desse público, isso deve ser realizado com planejamento e execução criteriosa a fim de não ser tornar apenas uma atividade feita para constar em relatórios. Ou seja, implica em cuidar e acolher esse estudante e incluí-lo no universo digital que a instituição decidiu adotar em suas práticas educativas.

A ambientação faz parte do próprio curso/disciplina, isso provoca pensá-la como parte do conhecimento compartilhado e não como um “objeto estranho” que interfere no conteúdo a ser ministrado. A seguir, apresentamos três possibilidades para incluir a ambientação no Moodle (ou em ou AVEA) no curso/disciplina:

Como apoio da modalidade **PRESENCIAL**

Fazer a ambientação **antes de iniciar a disciplina ou começar a utilizar o AVEA**. Recomenda-se exibir a interface do Moodle em sala de aula através de projetor (Datashow) ou fazer atividades no laboratório de informática da instituição, caso houver um. Faça um diagnóstico com a turma antes de elaborar esse procedimento.

Como parte da modalidade **HÍBRIDA**

Fazer a ambientação **antes de iniciar o curso como um todo**, não apenas antes de uma disciplina específica. Os momentos de entrada de egressos são importantes nesse procedimento. Também é necessário organizar tutoriais intuitivos (em audiovisual ou em PDF) e disponibilizá-los para que os estudantes possam acessar a qualquer momento, principalmente pelas TDICs.

Como AVEA da modalidade **EaD**

A EaD é uma modalidade nativa das tecnologias e do deslocamento do espaço escolar. No âmbito das TDICs, ela se aprimorou e se tornou mais dinâmica e acessível. **Quando um estudante opta pela EaD, ele já tem uma predisposição para o uso do AVEA**, pois ela é parte essencial do processo de ensino-aprendizagem. Apesar disso, é importante organizar tutoriais intuitivos e disponibilizá-los aos estudantes.

O plano de ensino

O Moodle disponibiliza recursos que contribuem para que a curadoria de conteúdos seja diversificada e as atividades dinâmicas. Assim, o professor mediador organiza seus tópicos ou módulos (ou outro nome personalizado) de acordo com seu plano de ensino e com os objetivos que pretende alcançar em determinada disciplina dentro de um curso.

Temos em vista as inúmeras áreas, níveis e modalidade que existem no currículo escolar da EJA, por isso não apresentaremos uma orientação para cada disciplina, etapa ou curso. Nossa intenção é apresentar um painel com algumas perspectivas a serem levadas em consideração ao montar um plano de ensino que será desenvolvido na EJA mediada pelas TDICs.

PARA ELABORAR O PLANO DE ENSINO

Conheça os espaços

O dispositivo

Linguagem acessível

Síntese

Links

Arquivos de texto

Além do AVEA

Atividades

Avaliações

Presença

01) Conheça os espaços: é importante conhecer os espaços onde os estudantes da EJA transitam, isso é uma atitude que leva à empatia. Casa, trabalho e escola (presencial ou EaD) fazem parte de seus cotidianos e fornecem elementos que podemos incluir em nossos planos de ensino. Por exemplo, as profissões das alunas e dos alunos ajudam a elaborar atividades mais próximas de suas realidades.

02) O dispositivo: na EJA mediada pelas TDICs, o celular é o dispositivo mais acessível aos estudantes. Dessa maneira, é imprescindível prever atividades, avaliações ou encontros síncronos ajustadas ao aparelho. Nesse sentido, é bom conhecer o comportamento do AVEA tanto no computador quanto no celular.

03) Linguagem acessível: ao escrever uma instrução ou descrição nas plataformas, levar em consideração o léxico do público, ou seja, as palavras que fazem parte da língua em uso social. Se for utilizar um termo científico ou uma ideia abstrata, busque ilustrações que consigam sintetizar a ideia ou traduzi-la. Seja simples e objetivo, mas não simplório.

04) Síntese: nas plataformas virtuais, a síntese é fundamental. A navegação é rápida e, muitas vezes, o estudante se “perde” entre as múltiplas janelas dos aplicativos. Faça uma seleção de material que consiga sintetizar ideias complexas: imagens, músicas, aforismos, memes, ilustrações, curtas-metragens etc.

05) Links: caso utilize vídeos disponíveis em redes sociais ou arquivos de texto de periódicos, sites jornalísticos, entre outros, disponibilize o link ou incorpore o vídeo na própria descrição da atividade. É interessante fazer um diálogo entre os estudantes para sondar qual é o perfil dos sites e aplicativos acessados por eles.

06) Arquivos de texto: os textos longos (em sites ou PDF) são mais complicados de serem lidos em celulares (o dispositivo mais utilizado pelos estudantes da EJA). O tamanho das fontes dificulta a leitura, sobretudo quando realizada por um público que não cultiva o hábito de leitura cotidiana.

07) Além do AVEA: quando a EJA ocorre na modalidade presencial ou híbrida, o AVEA não é o único meio para o diálogo com os estudantes. Os aplicativos de troca de mensagens (WhatsApp, Telegram) desempenham importante função como mediadores para o compartilhamento de atividades e links, alguns deles não necessitam de dados móveis. No entanto, tudo que for compartilhado em outros aplicativos deve estar disponibilizado no AVEA.

08) Atividades: as atividades nativas do AVEA (fóruns, chat, base de dados, wiki etc.) são interessantes por requisitarem procedimentos possíveis tanto pelos celulares quanto pelos computadores. Em relação às tarefas que requerem anexos (imagens, textos, tabelas), é recomendável conversar com os estudantes antes para saber se conhecem os programas (Word, LibreOffice, entre outros), bem como fazer o upload para o AVEA.

09) Avaliações: é prudente fragmentar as avaliações em tarefas semanais que compõem a nota (bimestral, trimestral ou semestral) do estudante em vez de apenas avaliações com notas “cheias”. Dessa maneira, a avaliação é distribuída e não concentrada, o que dá uma visão maior sobre o processo de ensino-aprendizagem. Isso influencia no plano de ensino, pois ele pode ser revisto junto aos estudantes.

10) Presença: em qualquer uma das modalidades em que a EJA é mediada pelas TIDCs, a presença clássica aferida pelo diário em sala de aula em uma data e horário específicos deve ser revista e ressignificada. A assiduidade do estudante pode ser verificada através de outros meios, por exemplo, os acessos ao AVEA, a entrega das atividades e a participação nos momentos síncronos (quando for o caso).

Neste tópico especial, trazemos trabalhos científicos que divulgam a prática da EJA via EaD em AVEA.

PRÁTICA 01

Título

A implementação do Ambiente Moodle na Educação de Jovens e Adultos a Distância

Ano

2009

Autora

Maria Vandete de Almeida

Resumo

O relato é fruto de um trabalho de implementação do ambiente virtual de aprendizagem Moodle, realizado para uma instituição de ensino particular de Maringá - PR, que oferta educação de jovens e adultos na modalidade a distância. Esta experiência oportunizou apreender melhor os fundamentos do Moodle com o conhecimento dos recursos administrativos para o desenho da proposta pedagógica em ambiente virtual, bem como, maior exploração dos recursos de comunicação, interação e colaboração ofertadas pelo software, tomando como princípio as especificidades do projeto político pedagógico, estrutura organizacional, perfil do público-alvo e do modelo educacional adotado na instituição para uma adequada articulação entre os fazeres didático-pedagógicos aliados aos recursos tecnológicos da plataforma eletrônica, em situação de ensino e de aprendizagem que atendam as características da educação de jovens e adultos, na modalidade a distância [fragmento].

Link: <http://tecedu.pro.br/wp-content/uploads/2015/07/Relato2-vol1-dez-2009.pdf>

PRÁTICA 02

Título

Dez anos de Educação para Jovens e Adultos na modalidade a Distância: Desafios e perspectivas

Ano

2016

Autoras

Adriana Rogéria de Almeida Reis, Angela Maria Santos Faria e Indira Vanessa Pereira Rehem

Resumo

O artigo apresenta uma breve trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade a distância implementada no Centro de Educação de Jovens e Adultos Asa Sul (CESAS). A iniciativa teve início em 2004, como parte da reestruturação da EJA proposta pela Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF). Neste período, foram implantadas diversas iniciativas, como a elaboração do material didático adequado ao público e à modalidade. Este trabalho requereu dos gestores, coordenadores e professores grandes esforços na busca por referenciais pedagógicos para um novo contexto técnico-didático, com novos paradigmas para viabilizar o diálogo interativo entre os sujeitos do processos ensino-aprendizagem, com reais possibilidades de ampliar o acesso à educação formal. Trata-se de um relato de experiência que procura contribuir de forma relecante em sua área de atuação. [fragmento].

Link: <http://sistemas3.sead.ufscar.br/ojs/index.php/2016/article/viewFile/1811/657>

PRÁTICA 03

Título

Ensino de História em EJA/EaD: Uma investigação com professores para uma proposta de formação

Ano

2018

Autor

Altair Hoepers

Resumo

O trabalho apresenta um estudo realizado sobre o ensino de História na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade (EaD) e uma proposta de formação para professores da Cooperativa de Professores e Especialista (COOEPE) por meio da aplicação de um questionário investigativo no qual foram interrogados sobre questões relativas à sua formação acadêmica e à docência na área de história na Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade Ensino a Distância (EaD). Após a coleta de dados foi realizado um mapeamento das principais questões para análise. Foi constatado que entre as principais preocupações dos professores para organizarem o processo pedagógico estava o seu processo de formação acadêmica. [fragmento].

Link:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431525/2/Altair%20Hoepers%20-%20Educapes.pdf>

Referências

MÓDULO 01

ARROYO, Miguel González. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 25 de setembro de 2020.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 25 de setembro de 2020.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 25 de setembro de 2020.

BRASIL. **Decreto no 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925**. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29024/pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm. Acesso em: 25 de setembro de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm. Acesso em: 25 de setembro de 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei no 8.529, de 2 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 de setembro de 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. Acesso em: 25 de setembro de 2020.

BRASIL. **Lei no 5.379, de 15 de dezembro de 1967.** Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 de setembro de 2020.

BRASIL. **Lei no 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 de setembro de 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 de setembro de 2020.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 11 de novembro de 2020.

BRASIL. **Portaria nº 2.270, de 14 de agosto de 2002.** Institui o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/legistacao/2002/portaria2270.pdf. Acesso em: 02 de outubro de 2020.

BRASIL. **Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010.** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.

Disponível em:

<http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/resolucao032010cne.pdf>

f. Acesso em: 02 de outubro de 2020.

CONFINTEA. **Declaração de Hamburgo.** Disponível em:

<http://forumeja.org.br/pi/sites/forumeja.org.br.pi/files/V%20Confintea%20Hamburgo%201997.pdf>.

Acesso em: 25 de setembro de 2020.

CUNHA, Conceição Maria da. In BRASIL. **Salto para o Futuro:** Educação de jovens e adultos. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

INEP. Ministério da Educação. **Mapa do analfabetismo no Brasil.** 2000. Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>.

Acesso em: 25 de setembro de 2020.

MOURA, Carmen Brunelli de; SILVA, Marluce Pereira da. O sujeito da EJA. in GARCIA, Renata Monteiro; SILVA, Marluce Pereira da. **EJA:** diversidade e inclusão: reflexões impertinentes. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho. **O analfabetismo no Brasil sob o enfoque demográfico.** 1999. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2644/1/td_0639.pdf.

Acesso em: 25 de setembro de 2020.

MÓDULO 02

ARAÚJO, Verônica Danieli Lima; GLOTZ, Raquel Elza Oliveira. **O letramento digital enquanto instrumento de inclusão social e democratização do conhecimento:**

desafios atuais. 2009. Disponível em:

<https://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php/paideia/article/view/85>.

Acesso em: 01 de outubro de 2020.

BRASIL. **Cultura Digital**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12330-culturadigital-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01 de outubro de 2020.

BUZATO, Marcelo El Khouri. **Entre a fronteira e a periferia: linguagem e letramento na inclusão**. 2007. Disponível em: http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/269320/1/Buzato_MarceloElKhouri_D.pdf. Acesso em: 01 de outubro de 2020.

BUZATO, Marcelo El Khouri. **Letramentos digitais e formação de professores**. In: III Congresso Ibero-Americano EducaRede, 2006, São Paulo. Anais do III Congresso Ibero-Americano EducaRede. São Paulo: CENPEC, p. 1-7, 2006.

GERE, Charlie. **Digital Culture**. London: Reaktion Books, 2008.

GIBSON, William. **Neuromancer**. Tradução de Fábio Fernandes. São Paulo: Aleph, 2016.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2010.

MORAN, José. Metodologias ativas e modelos híbridos na educação. In: YAEGASHI, Solange e outros (Orgs). **Novas Tecnologias Digitais: Reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento**. Curitiba: CRV, 2017.

VALENTE, José Armando. **As tecnologias digitais e os diferentes letramentos**. Disponível em: https://alfabetizacao-e-tecnologia.fandom.com/pt-br/wiki/As_Tecnologias_Digitais_e_os_Diferentes_Letramentos. Acesso em: 01 de outubro de 2020.

VALENTE, José Armando. **Informática na educação: confrontar ou transformar a escola**. (1995) Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10703/10207>. Acesso em: 01 de outubro de 2020.

MÓDULO 03

ALMEIDA, Maria Vandete de. **A Implementação do Ambiente Moodle na Educação de Jovens e Adultos a Distância**. 2009. Disponível em: <http://tecedu.pro.br/wp-content/uploads/2015/07/Relato2-vol1-dez-2009.pdf>. Acesso em: 02 de outubro de 2020.

BRASIL. **Brasil tem 134 milhões de usuários de internet, aponta pesquisa.** TIC Domicílios. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/brasil-tem-134-milhoes-de-usuarios-de-internet-aponta-pesquisa>. Acesso em: 01 de outubro de 2020.

BRASIL. **Celular se torna principal forma de acesso à internet no Brasil.** IBGE. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-07/celular-se-torna-principal-forma-de-acesso-internet-no-brasil>. Acesso em: 01 de outubro de 2020.

FREEPIK. **Ícones e imagens.** Disponível em: <https://www.freepik.com/vectors/background>>Background vector created by rawpixel.com - www.freepik.com. Acessado em: 02 de outubro de 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO OSWALDO FIO CRUZ. **Fake news e saúde.** 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/42586/2/Fake%20news%20e%20saúde.pdf>. Acesso em: 01 de outubro de 2020.

HOEPERS, Altair. **Ensino de História em EJA/EAD:** Uma investigação com professores para uma proposta de formação. 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431525/2/Altair%20Hoepers%20-%20Educapes.pdf>. Acesso em: 02 de outubro de 2020.

MOODLE. **Sobre o Moodle.** 2020. Disponível em: https://docs.moodle.org/39/en/About_Moodle. Acesso em: 02 de outubro de 2020.

MORAN, José. **Mudando a educação com metodologias ativas.** 2015. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: 01 de outubro de 2020.

REIS, Adriana Rogéria de Almeida; FARIA, Angela Maria Santos; REHEN, Indira Vanessa Pereira. **Dez anos de Educação para Jovens e Adultos na modalidade a Distância:** Desafios e perspectivas. 2016. Disponível em: <http://sistemas3.sead.ufscar.br/ojs/index.php/2016/article/viewFile/1811/657>. Acesso em: 02 de outubro de 2020.

Ficha Técnica

Autor: Lemuel da Cruz Gandara

Revisor Midiático-Pedagógico: Rebeca Elster Rubim e Felipe Guimarães Maciel

Revisor Técnico-Científico: Rebeca Elster Rubim e Felipe Guimarães Maciel

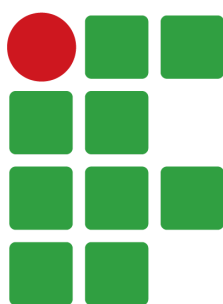
Desenhista Educacional: Milton Ferreira de Azara Filho e Claudia Caetano
Gonçalves Mendes Lima

Diagramação: Milton Ferreira de Azara Filho

Software: Canva (<https://www.canva.com>)

Infográficos: Canva

Ilustrações: Canva



INSTITUTO FEDERAL

Goiás

Diretoria de
Educação a Distância

